

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**  
**Área Temática: Negociações Internacionais**  
**Período de Análise: agosto de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Site eletrônico do MDS  
Site eletrônico do MDA  
Site Eletrônico do MMA  
Site eletrônico do INCRA  
Site eletrônico da CONAB  
Site eletrônico do MAPA  
Site eletrônico da Agência Carta Maior  
Site Eletrônico da Fetraf  
Site Eletrônico da MST  
Site Eletrônico da Contag  
Site Eletrônico da Abag  
Site Eletrônico da CNA  
Site Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro  
Carta Capital  
Agroanalysis

## Índice

<b>A política de etanol dos EUA – Valor Econômico – Opinião – 02/08/2010 .....</b>	<b>3</b>
<b>Está na hora de o Mercosul ter metas, diz Celso Amorim – Sergio Leo – Valor Econômico – Especial – 09/08/2010 .....</b>	<b>4</b>
<b>Certificação de açúcar e álcool entra na reta final – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 11/08/2010 .....</b>	<b>8</b>
<b>Histórico do banco na OMC não é dos melhores – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 13/08/2010 .....</b>	<b>10</b>
<b>Incentivos do BNDES à indústria viram alvo na OMC – Estado de São Paulo – Capa – 13/08/2010.....</b>	<b>11</b>
<b>Com atraso, Brasil submete programas do BNDES à investigação da OMC – Jamil Chade e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia – 13/08/2010.....</b>	<b>11</b>
<b>Histórico do banco na OMC não é dos melhores – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 13/08/2010 .....</b>	<b>12</b>
<b>A OMC e o caso BNDES – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 15/08/2010 .....</b>	<b>13</b>

## **A política de etanol dos EUA – Valor Econômico – Opinião – 02/08/2010**

Com a economia ainda fraca para gerar empregos em número suficiente, os produtores de etanol dos Estados Unidos alertam que o fim dos subsídios governamentais e das restrições à importação, que beneficiam a indústria, poderiam eliminar de 112 mil a 160 mil empregos.

Enquanto isso, uma improvável aliança reunindo ambientalistas, contribuintes e produtores de carne argumenta que o país não precisa e não pode mais custear a atual política de subsídios.

O Brasil também é um participante ativo nesse debate. Os Estados Unidos são hoje o maior produtor de etanol do mundo, produzindo cerca de 12 bilhões de galões (45 bilhões de litros) de etanol de milho no ano passado. O Brasil vem em segundo, produzindo cerca de 7 bilhões de galões (26 bilhões de litros) de etanol de cana-de-açúcar anualmente.

Sem a tarifa, o Brasil espera exportar mais etanol para os EUA. No entanto, os produtores de etanol americanos argumentam que isso aumentaria a dependência do país de fontes estrangeiras de energia.

Com tantas alegações concorrendo entre si e o desastre do vazamento de petróleo no Golfo do México estimulando o interesse pelos combustíveis renováveis, dois colegas da Universidade Estadual de Iowa e eu desenvolvemos um novo modelo econômico para examinar as possíveis consequências de uma eventual mudança na política dos EUA para o etanol.

Nosso modelo “sorteou” randomicamente dados sobre colheitas de milho e preços de gasolina — os dois principais fatores que afetam a rentabilidade do etanol americano, e então calculou como os mercados de etanol no Brasil e nos Estados Unidos reagiriam a cada situação. Repetimos os cálculos 5 mil vezes para obter uma resposta média de cada mercado para cada situação.

Três iniciativas governamentais ajudam a moldar o atual mercado americano de etanol: 1) mandatos para aumentar o uso de combustíveis renováveis, como etanol, de aproximadamente 13 bilhões de galões (49 bilhões de litros) para 36 bilhões de galões (136 bilhões de litros) até 2022, 2) um crédito de US\$ 0,45 por galão (3,78 litros) para distribuidoras e refinadoras que misturam etanol na gasolina e 3) uma tarifa de US\$ 0,54 por galão, que aumenta o preço do etanol importado (a maioria do Brasil).

Depois de 30 anos, o incentivo fiscal e a tarifa estão prestes a expirar, situação que deflagrou uma campanha de lobby.

Nossa pesquisa, financiada por uma contribuição da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), concluiu que permitir a eliminação da tarifa ao final deste ano não terá as consequências dramáticas ou adversas alegadas pelos produtores americanos de etanol, e nem criará a explosão de exportações que imaginam os produtores brasileiros.

A seguir, as principais conclusões do nosso trabalho: (A pesquisa completa está disponível online no endereço <http://bit.ly/ISU-CARD>) Produção. Devido à forte demanda por etanol no Brasil, a eliminação da tarifa e dos incentivos fiscais pelos EUA terá pouco impacto em curto prazo para os mercados domésticos de etanol e milho.

A produção de etanol dos EUA aumentaria para cerca de 14,5 bilhões de galões (54 bilhões de litros) até 2014 mesmo sem subsídios e restrições comerciais; as importações americanas provenientes do Brasil cresceriam modestamente para cerca de 740 milhões de galões (2.797 milhões de litros) — menos de 5% do mercado americano de etanol.

## **Empregos.**

Não identificamos qualquer cenário em que 112 mil empregos — ou qualquer resultado remotamente próximo desse número — seriam perdidos. Se os mandatos continuarem, mas o Congresso permitir que o incentivo fiscal e a tarifa expirem, estimamos a perda de não mais do que 300 empregos na indústria de etanol dos EUA até 2014.

Preços de combustíveis. O fim do crédito e da tarifa sobre o etanol importado reduziram o preço do etanol na bomba nos EUA em até US\$ 0,12 por galão em 2011 e US\$ 0,34 por galão em 2014. Como toda gasolina vendida nos EUA contém 10% de etanol— nível que a Agência de Proteção Ambiental (EPA em inglês) pode aumentar para 15% ainda este ano — preços mais baixos para o biocombustível significariam modestas reduções também para a gasolina: os preços cairiam em cerca de um ou dois centavos de dólar no próximo ano e de US\$ 0,03 a US\$ 0,05 por galão em 2014. Abrir o mercado americano a todos os produtores também significaria que em alguns anos, quando a produção doméstica de etanol estiver baixa, as importações diminuiriam o custo para o consumidor cumprir os mandatos de mistura.

## **Contribuintes.**

O incentivo fiscal concedido pelo governo americano induz as empresas que misturam etanol na gasolina, em geral distribuidoras de combustíveis, a usarem cerca de 900 milhões de galões de etanol (3.402 milhões de litros) por ano acima dos níveis obrigatórios. Com os subsídios custando US\$ 6 bilhões anualmente, essa quantidade de etanol a mais acaba significando quase US\$ 7 por galão (US\$ 1,85 por litro). Eliminar o subsídio pouparia esse valor para o contribuinte.

A produção de etanol nos EUA e a demanda por milho vão continuar crescendo, com ou sem o incentivo fiscal e a tarifa sobre etanol importado existentes hoje. Os motoristas e contribuintes americanos serão beneficiados se o Congresso permitir que o incentivo e a tarifa expirem ao final deste ano.

Permitir a eliminação da tarifa ao final deste ano não terá as consequências dramáticas ou adversas alegadas pelos produtores americanos de etanol e nem criará a explosão de exportações que imaginam os produtores brasileiros. Bruce A. Babcock é professor de Economia e diretor do Centro de Agricultura e Desenvolvimento Rural da Universidade Estadual de Iowa. Artigo publicado originalmente no diário The Hill, de Washington.

## **Está na hora de o Mercosul ter metas, diz Celso Amorim – Sergio Leo – Valor Econômico – Especial – 09/08/2010**

O Mercosul precisa de metas para garantir uma integração “plena” dos mercados nos países do bloco, defende o ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim. Ele diz estar contente com os resultados da última reunião do bloco, que criou procedimentos comuns para as alfândegas do Mercosul e fixou prazo para acabar com a cobrança dupla de tarifa de importação no trânsito de mercadorias de um país ao outro. “Está na hora de pensar grande”, diz ele. “Em vez de negociar setorzinho por setorzinho, será que não devemos ter metas?” O ministro diz que esse deve ser o passo a tomar na presidência temporária do Brasil neste semestre.

Entre as metas que o ministro considera necessárias estão um prazo para acabar com as exceções à Tarifa Externa Comum (TEC) e datas para acordos de serviços e de

compras governamentais, que dê tratamento nacional às empresas dos países do Mercosul nos outros mercados do bloco.

Amorim não esperou que começasse a sessão de perguntas para reagir a uma das críticas mais fortes à política externa do governo Lula, a de que é leniente com abusos dos direitos humanos em países aliados do Brasil. Ele vê motivação política na interpretação do documento não oficial encaminhado pela diplomacia brasileira em Genebra, que propõe novas etapas antes da aprovação de resoluções condenando qualquer país.

“Ninguém nasceu ontem, [esse mecanismo] existe para certos casos, certos países”, desafia. Sobre outro tema polêmico, garante: “O Brasil não apóia o Irã; apóia a paz”.

A seguir, os principais trechos da entrevista ao Valor, em que Amorim fala também de seus planos pessoais para 2011.

**Valor:** Ministro... Celso Amorim: Li agora o documento entregue na ONU; de maneira nenhuma ele procura isentar nenhum país de nada, pelo contrário, o objetivo é tornar as recomendações dos órgãos de direitos humanos mais fáceis de implementar. Diz apenas que o método usado até agora, só condenação aos países, não foi efetivo, não mudou a situação de nenhum país. E há o fato de que as condenações são muito concentradas em uma ou duas regiões.

**Amorim** Quando se leu alguma resolução sobre Guantánamo, ou algum país que permitiu que seus serviços de inteligência transferissem presos para lugares onde seriam torturados? Ninguém nasceu ontem, [o mecanismo] existe para certos casos e certos países.

**Valor:** Todos os países passam por revisões no Conselho...

**Amorim:** O Brasil lutou muito para ter esse mecanismo universal, todos passam por isso: Brasil, Coréia, Irã, EUA. No documento levado a Genebra se fala em mecanismo para ver se as ações recomendadas podem ser implementadas; vai ter até quem o veja como intrusivo, porque pede informativos, visitas aos países por delegações de Estados-membros, estratégias para implementação das recomendações dos mecanismos de revisão periódica, como implementar recomendações dos outros mecanismos de direitos humanos...

**Valor:** A questão direitos humanos ganhou fôlego por que...

**Amorim:** Porque é misto de má fé e ignorância. Ignorância porque não sabem como as coisas correm na realidade da vida, que países aliados militares de outros ficam totalmente isentos. Não vou dar exemplos, não quero romper relações diplomáticas, mas todo mundo sabe disso. Falei há pouco de Guantánamo porque até o presidente Obama falou; e os países cujos serviços de inteligência foram usados para levar presos, isso está noticiado.

Não queremos dar frescos para nenhum país, queremos uma maneira que melhore, não para que os que tem complexo de culpa possam botar diploma na parede e dizer: condenei, e não mudar nada. O que me choca é a falta de interesse em melhorar de fato a situação de direitos humanos.

**Valor:** Mas Cuba e Irã são dois países onde...

**Amorim;** A mídia está totalmente errada ao dizer que o Brasil apóia o Irã. O Brasil não apóia o Irã. O Brasil apóia a paz, procurou um acordo proposto pelos países ocidentais em relação a energia nuclear, evitar armas nucleares.

**Valor:** Mas o presidente Lula faz declarações de apoio aos países, como quando compara oposição iraniana à torcida de futebol, diz ser avacalhado intervir por uma condenada à morte por adultério, diz que pode abrigá-la se ela estiver incomodando...

**Amorim:** Estamos trabalhando pelos direitos humanos, mas nossa maneira de agir é

diferente de outros que fazem da hipocrisia sua maneira de principal instrumento. Condenam publicamente e financiam privadamente, em muitos casos.

**Valor:** Citaria um exemplo?

**Amorim:** Não.

**Valor:** Especialistas dizem que o Brasil emite sinais ambíguos, dá impressão de ser advogado dos interesses iranianos...

**Amorim:** Isso é imaginação, invenção das pessoas. Peguem os comentários feitos pelo Brasil sobre as exposições iranianas no Conselho de Direitos Humanos e verão que há muitas críticas e recomendações. Está disponível.

**Valor:** Pode citar algumas? **Amorim:** Várias: condenação à pena de morte para menores, sobre a situação da mulher. Agora, o Irã, com todos os defeitos, convidou a alta comissária de Direitos Humanos para ir lá, e ela não foi até agora, deve sofrer pressão de alguém para não ir. Não propomos refresco para ninguém. Os métodos tradicionais não funcionam, precisamos encontrar métodos eficazes, e entre eles existe a maneira como implementar as recomendações dessa revisão universal. Isso não é notícia nova sequer, há uma fabricação com objetivos políticos, no noticiário.

**Valor:** Não só os jornais, as ONGs também se queixam do Brasil....

**Amorim:** As ONGs estão em sua missão de fiscalizar, como as de meio ambiente, que falam coisas que a gente não concorda, depois nos elogiam. A maneira como encaramos o processo, essa idéia da revisão periódica universal, eu defendi em Genebra, no governo FHC, justamente porque se pretendia tratar com isonomia, não permitir a politização, porque países entravam e outros não.

**Valor:** Na Guiné Equatorial o senhor falou em negócios; seria tradição de isolar a economia do tema de direitos humanos? **Amorim:** Um jornalista me fez uma pergunta, foi totalmente distorcida, sobre negócios com o país. Eu disse: qual manteiga você comprou hoje? Quais companhias de petróleo operam aqui? Não quer dizer que esteja endossando o governo. Não quis dizer que isso guia nossa diplomacia, mas que não se pode confundir as coisas. A manteiga era francesa, as companhias de petróleo, americanas.

**Valor:** Outra crítica é que o Brasil se propõe a atuar como mediador...

**Amorim:** Não estamos propondo não, os outros países nos procuram. O presidente da Síria esteve aqui, o [presidente da Autoridade Palestina] Mahmoud Abbas, o presidente de Israel e o presidente do Irã estiveram aqui.

**Valor:** E na América do Sul, onde o Uruguai pediu em vão ajuda na crise com a Argentina pela instalação de papeleiras na fronteira?

**Amorim:** Só podemos ajudar quando os dois lados estão interessados, senão em vez de ajudar prejudica. No caso iraniano, recebemos estímulos de países ocidentais e outros para continuar na trilha e tinha óbvios interesses no Irã. Óbvio interesse dos dois lados.

**Valor:** No caso de palestinos e Israel não havia tanto interesse...

**Amorim:** Essas coisas têm de ser levadas com delicadeza. Há movimentos sendo feitos, no caso eu, pessoalmente, em decorrência até de pedido de Israel.

**Valor:** A aproximação com a Síria?

**Amorim:** Não vou dar detalhes, estive na Síria, Palestina, em Israel. E Turquia.

**Valor:** O Brasil não poderia ser mais ativo no Mercosul? E as queixas dos uruguaios?

**Amorim:** Não agimos com imposição, não faz parte de nossa atitude. Há mecanismos persuasórios, mas se não funcionam não adianta forçar, tem de esperar que o momento ocorra.

**Valor:** A reunião do Mercosul avançou com uma agenda que estava paralisada?

**Amorim:** O ministro não pode estar o tempo todo presente; lançam se linhas de ação e elas avançam. Coisas que pareciam impossíveis ocorreram, houve o código aduaneiro,

eliminação dos cronogramas, acordo de livre comércio com o Egito, o primeiro com país em desenvolvimento— além do que o Egito por si mesmo é país importante para nós. Tivemos uma coisa que não é comercial, mas é importante, o de gestão do aquífero Guarani. Só podemos exercitar plenamente nossa soberania mediante acordos de cooperação entre os quatro países.

**Valor:** Mas não falta, como reconheceu na reunião, um cronograma para acabar com as exceções à tarifa comum? Como aplicar um código nas alfândegas com tantas diferenças de tarifa? **Amorim:** Uma coisa pressiona a outra, é positivo. A inexistência de uma tarifa externa comum faz com que o mercado comum não se realize plenamente, dificulta até negociações externas. Não se consegue isso de um dia para o outro, mas se fizermos um cronograma — não quero botar números, dez anos, quinze anos que sejam, e umas exceçõezinhas para o final — teremos mecanismo de cobrança sobre nós mesmos. Vamos conseguir dessa vez? Foi grande êxito a reunião, vai até ficar difícil para o Brasil agora porque muitas coisas que estavam represadas saíram. Temos de começar outras iniciativas.

**Valor:** Os chanceleres e presidentes discutiram as exceções à tarifa externa na última reunião?

**Amorim:** Falei na minha apresentação. Não houve discussão, estávamos muito concentrados em resolver nossos problemas. No último momento sempre há questões complexas. Até o último momento estávamos empenhados em uma solução razoável para esse problema naquela reunião.

**Valor:** Era a reivindicação argentina de incluir impostos de exportação cedil no código?

**Amorim:** Não necessariamente o da Argentina, o Brasil aplicou por muito tempo imposto sobre exportação de couro wet blue...

**Valor:** O Mercosul vai manter práticas como esse imposto de exportação? **Amorim:** A medida em que a gente evolua para uma tarifa externa comum para valer, elimine a dupla cobrança da TEC, trabalhe para eliminar subsídios internos, não faz sentido ter imposto de exportação interno, mas isso será uma evolução

**Valor:** Na crise Venezuela e Colômbia, um dos problemas é a presença dos guerrilheiros das Farc na fronteira; não é um problema regional a ser atacado? **Amorim:** As Farc nascem de qualquer maneira dentro da Colômbia, qualquer atitude tem de ser combinada com o governo colombiano. Não significa que não vamos melhorar o policiamento na fronteira, isso aliás vale para os dois lados. A idéia do Conselho de Defesa da Unasul é também poder trocar de informação, ter medidas de criação de confiança, incluir medidas desse tipo, certamente com o repúdio a grupos armados sobretudo ligados ao narcotráfico.

**Valor:** Uribe desmoralizou a Unasul ao preferir denunciar na OEA a presença das Farc na Venezuela?

**Amorim:** Não desmoralizou, primeiro porque não é problema do Conselho de Defesa; quando se trata de denúncia é problema político. O Conselho é para encaminhar soluções ou que previnam que se chegue a esse ponto (de crise diplomática) ou para encaminhar alguma decisão política. Uma ação de um país não pode desmoralizar uma organização. O presidente Uribe tem direito de fazer a opção que quiser, também é membro da OEA, mas é muito mais provável conseguir solução na Unasul que na OEA.

**Valor:** Defende a idéia de mecanismo conjunto de fiscalização das fronteiras na região

**Amorim:** Pode ajudar, mas pode ser bilateral, vamos respeitar as sensibilidades; essas coisas não podem ser impostas.

**Valor:** Que metas o governo tem para o fim do governo?

**Amorim:** Resolver bem o que começamos. Sempre disse que o Brasil, até para atuar fora da região, precisa que a região esteja bem organizada e bem integrada. Demos

passos importantes, não definitivos, não resolvem os problemas, temos de avançar mais. Não é eliminar as exceções; é como chegar a uma plena tarifa do Mercosul num número X de anos. Tem sentido não ter acordo de compras governamentais que dêem ao Mercosul uma preferência real? Temos de ter acordo de serviços mais amplo, maior liberalização, dar tratamento nacional às empresas do bloco em todos os países. Em vez de negociar setorzinho por setor será que não devemos ter meta para definir, que devem ser alcançadas? Talvez agora, com o fim do nosso governo, esteja na hora de pensar grande novamente no futuro. Essas metas temos de buscar para Lula falar em decepção com Barack Obama?

**Amorim:** Não posso fazer juízo assim, o presidente Obama é bem intencionado, muito importante para a política interna dos EUA, foi positivo o que fez na saúde, na disciplina dos bancos, Mas a política americana é complexa, parece não poder tratar de muitos assuntos ao mesmo tempo. Talvez o que o presidente Lula fale é da necessidade de maior compreensão do que é e como mudou a América Latina.

**Valor:** O embaixador José Botafogo diz que a diplomacia aponta uma série de tarefas, mas confunde importância com prioridade. Se tudo é prioridade, desperdiça esforços.

**Amorim:** Quando o [secretário geral do Itamaraty, Antônio] Patriota vai a um determinado lugar me sinto representado. Tanto que esses avanços todos no Mercosul foram obtidos na minha ausência.

Quando há necessidade, pode ter certeza de que estamos presentes, como no caso do código aduaneiro no Mercosul.

**Valor:** O senhor atuou diretamente? **Amorim:** Me lembrei de problema parecido, no acordo Trips [direito de propriedade intelectual] da OMC. Garantimos que o assunto fosse mencionado, mas que cada um pudesse considerar-se representado.

**Valor:** Ministro, já decidiu o que fará no próximo governo?

**Amorim:** Minha vida não se mede por governos.

**Valor:** Em 2011, permanece no ministério? Falou com a candidata de seu partido?

**Amorim:** Não conversei, nem vou criar esse tipo de constrangimento para ela. Uma coisa garanto: não vou criar constrangimento a ninguém. E estou tomando providências: vou dar aulas na UFRJ. Não estou em idade de ensinar teoria, os mais jovens devem saber mais, mas posso transmitir experiência. Outra coisa minha mulher já fez: pedimos o apartamento nosso no Rio, em Copacabana que já está alugado.

## **Certificação de açúcar e álcool entra na reta final – Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios – 11/08/2010**

As primeiras certificações brasileiras de açúcar e álcool com o selo global BSI (Better Sugarcane Initiative) deverão ocorrer até novembro deste ano. O selo deverá facilitar a entrada dos produtos brasileiros na União Europeia (UE), que exigirá a partir de 2011 diretivas ambientais para os biocombustíveis produzidos e importados pelo bloco.

Única certificação voltada exclusivamente para a cana-de-açúcar, o BSI começou a ser elaborado há quatro anos e reúne grandes produtores e consumidores de açúcar e álcool, como Coca-Cola, Shell e BP (British Petroleum), além de financiadores (IFC, afiliada do Banco Mundial) e organizações não governamentais (WWF entre elas).

“O selo é a porta de entrada para a UE”, diz Geraldine Kutas, assessora sênior para assuntos internacionais da presidência da União da Indústria de Cana-de-açúcar (Unica). “As primeiras certificações sairão já na próxima safra”.

De acordo com Geraldine, o processo foi atrasado por algumas indefinições na Europa quanto às novas regras ambientais. Há ainda duas pendências no bloco: a proibição do cultivo de matérias-primas para biodiesel sobre pastagem de alto grau de biodiversidade e o efeito indireto na mudança do uso da terra.

Apesar disso, o conselho do BSI, baseado em Londres, aprovou no último dia 30 seus próprios critérios e princípios, e agora irá submetê-los à apreciação da Comissão Europeia (o braço executivo da UE). O órgão dirá se os padrões definidos pelo BSI estão de acordo com as novas diretivas ambientais europeias.

Nos próximos dias, a Unica enviará os padrões do BSI para os seus associados. A expectativa é de uma boa adesão. “A certificação dos biocombustíveis será obrigatória”, diz Geraldine, referindo-se ao bloco de 27 países.

Segundo ela, a idéia inicial contemplava apenas a certificação do açúcar. Mas os questionamentos sobre a sustentabilidade do etanol acabaram estendendo as discussões ao produto. A principal crítica é de que a expansão da cana força as demais culturas a se deslocarem para áreas ainda preservadas, como a Amazônia. O BSI determinará as certificadoras que auditarão as usinas. Além do BSI, há opção do Rainforest Alliance, criado nos anos 90, auditado no Brasil pelo Imaflora.

### **União Européia vai investigar se biodiesel dos EUA evita sanções – O Globo – Economia – 12/08/2010**

SÃO PAULO - A União Européia vai começar uma investigação para verificar se as importações de biodiesel produzido nos Estados Unidos estariam se esquivando de medidas antidumping já aplicadas pelo bloco. Pedido nesse sentido foi encaminhado pelo Conselho Europeu de Biodiesel (EBB, na sigla em inglês), em nome dos produtores europeus.

A denúncia é de que os EUA estariam evitando as medidas antidumping impostas ao seu biodiesel ao transportar o produto via Canadá e Cingapura e ao exportar o item em uma mistura contendo 20% ou menos de biodiesel. Agora, a Comissão Européia terá um prazo de até nove meses, a contar a partir desta quinta-feira, para investigar essas importações e verificar se elas estão servindo para fugir das sanções impostas.

No ano passado a União Européia impôs tarifas antidumping e antisubsídios sobre o biodiesel americano, que valem por cinco anos. O bloco econômico alegou que tem de proteger seus produtores dos subsídios americanos, que, segundo os europeus, permitiriam a exportação a preços abaixo do custo.

### **Incentivos do BNDES à indústria viram alvo na OMC – Estado de São Paulo – Capa – 13/08/2010**

O Brasil terá seus programas de financiamento do BNDES e toda sua política de apoio industrial avaliados na Organização Mundial do Comércio, informam **Jamil Chade** e **Adriana Fernandes**. Com um ano de atraso, o governo entregará à entidade documentos descrevendo os programas de ajuda estatal para comércio e investimentos, exigência que a OMC faz a todos os países. Pela lei internacional, os subsídios ao setor

industrial estão proibidos. Mas, em Brasília, funcionários que ajudaram a elaborar os documentos admitiram ao **Estado** que o governo apenas notificará o que sabe que está dentro da lei. Embora isso não signifique a abertura de uma disputa comercial, alguns países já indicaram que vão pressionar para entender como é que o BNDES financia a produção e a exportação. ECONOMIA / PÁG. B1

**Histórico do banco na OMC não é dos melhores** – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 13/08/2010

A atuação do BNDES já vem ocupando um lugar na agenda do Brasil na OMC há uma década. No fim dos anos 90, o financiamento dado pelo banco às exportações de aeronaves da Embraer foi condenado e o Proex foi obrigado a passar por uma reforma. Duras críticas vieram também no ano passado. A OMC viu suspeitas de que a atuação do BNDES pudesse estar distorcendo o comércio e criando vantagens ilegais para as exportações brasileiras.

O alerta foi feito durante a sabatina sobre a política comercial do governo brasileiro, que ocorre a cada quatro anos. Em seu relatório sobre o Brasil, a OMC não pode julgar se as práticas são ou não irregulares. Mas, diplomaticamente, deu todas as indicações de que os juros praticados pelo BNDES representavam ganhos aos exportadores. Na prática, o banco empresta a 6,5%, bem abaixo do que é a taxa de juros no País. O apoio do BNDES, portanto, “possivelmente” causaria distorções no mercado internacional. A inclusão dessa referência no texto fez o Itamaraty se mobilizar para tentar modificar o relatório. Em conversas com os autores, o governo pediu ainda uma “linguagem” mais positiva da OMC em relação ao Brasil. Mas a OMC manteve a suspeita sobre o BNDES. “Alguns países destacaram que o Brasil outorga créditos preferenciais e outros esquemas de apoio a setores como a agricultura e a indústria”, afirmou na *Época* o embaixador húngaro István Major, que comandou a sabatina. Os mecanismos do BNDES foram debatidos até mesmo pela Argentina. Naquele momento, o Brasil respondeu enfaticamente que não se tratava de apoio ilegal e que o mercado de créditos privados não é suficiente no Brasil para suprir as necessidades de empréstimos de longo prazo para as exportações.

Além do relatório da OMC, outros governos também questionaram os programas. Um deles foi a União Européia, que pediu explicações sobre o funcionamento dos créditos. Para Bruxelas, o apoio aos exportadores podem de fato gerar distorções. Já em 2007, foi a vez dos programas criados na época pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva para incentivar a produção industrial – conhecido como a MP do Bem – e as medidas para incentivar a Zona Franca de Manaus que foram questionados pelas grandes potências comerciais. Washington cobrou do Brasil explicações sobre a MP do Bem, alegando que as medidas poderiam gerar distorções e dar vantagens às indústrias brasileiras nas exportações.

**Incentivos do BNDES à indústria viram alvo na OMC – Estado de São Paulo – Capa – 13/08/2010**

O Brasil terá seus programas de financiamento do BNDES e toda sua política de apoio industrial avaliados na Organização Mundial do Comércio, informam **Jamil Chade** e **Adriana Fernandes**. Com um ano de atraso, o governo entregará à entidade documentos descrevendo os programas de ajuda estatal para comércio e investimentos, exigência que a OMC faz a todos os países. Pela lei internacional, os subsídios ao setor industrial estão proibidos. Mas, em Brasília, funcionários que ajudaram a elaborar os documentos admitiram ao **Estado** que o governo apenas notificará o que sabe que está dentro da lei. Embora isso não signifique a abertura de uma disputa comercial, alguns países já indicaram que vão pressionar para entender como é que o BNDES financia a produção e a exportação. ECONOMIA / PÁG. B1

**Com atraso, Brasil submete programas do BNDES à investigação da OMC – Jamil Chade e Adriana Fernandes – Estado de São Paulo – Economia – 13/08/2010.**

O Brasil terá seus programas de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) avaliados na Organização Mundial do Comércio (OMC). Com um ano de atraso, o governo brasileiro vai entregar à entidade documentos descrevendo seus programas de ajuda estatal para o comércio e investimentos, uma exigência que a OMC faz a todos os países.

Pelas leis internacionais, subsídios ao setor industrial estão proibidos. Em Brasília, funcionários do governo que participaram da elaboração dos documentos admitiram ao **Estado** que o governo apenas notificará o que sabe que está dentro da lei. O diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Carlos Marcio Bicalho Cozedey, disse que o governo não esconderá nada e que a maioria dos programas do BNDES não será notificada à OMC porque não se trata de subsídio. “No nosso entendimento, não representa subsídio porque são empréstimos de longo prazo e no Brasil não existe mercado de longo prazo”, disse Cozedey. Segundo ele, como não há esse mercado de financiamento de longo prazo não é possível fazer um “padrão de comparação”.

O governo vai notificar à Organização Mundial do Comércio, segundo o diretor do Itamaraty, as linhas que têm taxas de juros abaixo da Taxa de Juro de Longo Prazo (TJLP). Cozedey disse que se trata de uma notificação objetiva. OMC, com os valores dos subsídios concedidos à indústria. O atraso no envio da notificação .OMC, segundo ele, se deve à sobrecarga de vários assuntos. “Não há uma razão estratégica por trás desse atraso.”

**Empréstimos.**

Na última vez em que o Brasil teve suas políticas de incentivos avaliadas na OMC, em 2007, os Estados Unidos, a União Européia (UE) e até a Argentina aproveitaram a ocasião para cobrar explicações sobre a então MP do Bem (252) e, principalmente, a ação do BNDES. Entre as principais preocupações americanas em relação à MP do Bem estavam o Recap, que suspendia a cobrança de PIS e Cofins nas vendas e importação de novas máquinas e equipamentos para as empresas que tenham mais de 80% de lucros vindos de exportações. Washington fez uma série de questionamentos e alertou que os programas poderiam ser vistos como subsídios ilegais ao setor industrial, o que seria proibido pelas regras da OMC. Agora, governos

estrangeiros já indicaram que vão pressionar para entender como é que o BNDES de fato financia a produção e exportação do País. Vários deles já trabalham sobre o que chamam de “dossiê BNDES”.

Apesar da tranqüilidade com que o Itamaraty trata o assunto, em meio à campanha eleitoral e com a atuação do BNDES sendo alvo de críticas no Brasil e no exterior, a área econômica vê com preocupação o risco de as linhas de crédito do banco, com subsídios, serem questionadas pela organização máxima do comércio mundial. A avaliação é de que um contencioso comercial dará mais munição aos críticos da política de aportes ao BNDES, que contou com um empréstimo de R\$ 180 bilhões e o subsídio do Tesouro para a equalização das taxas de juros oferecidas numa linha do banco de R\$ 124 bilhões do Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Fontes do Ministério da Fazenda admitem que o governo terá dificuldades para explicar o cálculo do subsídio implícito no empréstimo de R\$ 180 bilhões do Tesouro, feito em duas partes: a primeira de R\$ 100 bilhões, em 2009, e a segunda de R\$ 80 bilhões, quando a economia já se encontrava em franca recuperação econômica depois da crise financeira internacional. Há divergências dentro da Fazenda até mesmo sobre o cálculo do subsídio explícito na linha de R\$ 124 bilhões que o Tesouro equalizou para a linha do PSI. Para o Tesouro, o subsídio da linha é de R\$ 29,3 bilhões. Mas para outros assessores da Fazenda, o subsídio seria bem menor, em torno de R\$ 18 bilhões.

#### **Processo.**

O Ministério das Relações Exteriores vai enviar nas próximas semanas o relatório à Câmara de Comércio Exterior (Camex). Durante o mês de setembro, então, os mais de 150 governos que fazem parte da Organização Mundial do Comércio receberão cópias das informações e, a partir delas, enviarão questionamentos ao Brasil no mês seguinte. Em outubro, uma reunião na OMC tratará das notificações brasileiras e os demais governos poderão, publicamente, comentar a política industrial do País. O governo também terá de responder às perguntas.

#### **Histórico do banco na OMC não é dos melhores – Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia – 13/08/2010**

A atuação do BNDES já vem ocupando um lugar na agenda do Brasil na OMC há uma década. No fim dos anos 90, o financiamento dado pelo banco às exportações de aeronaves da Embraer foi condenado e o Proex foi obrigado a passar por uma reforma. Duras críticas vieram também no ano passado. A OMC viu suspeitas de que a atuação do BNDES pudesse estar distorcendo o comércio e criando vantagens ilegais para as exportações brasileiras.

O alerta foi feito durante a sabatina sobre a política comercial do governo brasileiro, que ocorre a cada quatro anos. Em seu relatório sobre o Brasil, a OMC não pode julgar se as práticas são ou não irregulares. Mas, diplomaticamente, deu todas as indicações de que os juros praticados pelo BNDES representavam ganhos aos exportadores. Na prática, o banco empresta a 6,5%, bem abaixo do que é a taxa de juros no País. O apoio do BNDES, portanto, “possivelmente” causaria distorções no mercado internacional. A inclusão dessa referência no texto fez o Itamaraty se mobilizar para tentar modificar o relatório. Em conversas com os autores, o governo pediu ainda uma “linguagem” mais positiva da OMC em relação ao Brasil. Mas a OMC manteve a suspeita sobre o BNDES. “Alguns países destacaram que o Brasil outorga créditos

preferenciais e outros esquemas de apoio a setores como a agricultura e a indústria”, afirmou na Época o embaixador húngaro István Major, que comandou a sabatina. Os mecanismos do BNDES foram debatidos até mesmo pela Argentina. Naquele momento, o Brasil respondeu enfaticamente que não se tratava de apoio ilegal e que o mercado de créditos privados não é suficiente no Brasil para suprir as necessidades de empréstimos de longo prazo para as exportações.

Além do relatório da OMC, outros governos também questionaram os programas. Um deles foi a União Européia, que pediu explicações sobre o funcionamento dos créditos. Para Bruxelas, o apoio aos exportadores podem de fato gerar distorções. Já em 2007, foi a vez dos programas criados na época pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva para incentivar a produção industrial – conhecido como a MP do Bem – e as medidas para incentivar a Zona Franca de Manaus que foram questionados pelas grandes potências comerciais. Washington cobrou do Brasil explicações sobre a MP do Bem, alegando que as medidas poderiam gerar distorções e dar vantagens às indústrias brasileiras nas exportações.

#### **A OMC e o caso BNDES – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 15/08/2010**

Os parceiros comerciais do Brasil, os concorrentes e a Organização Mundial do Comércio (OMC) pedem esclarecimentos sobre as operações do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Querem saber se os empréstimos são concedidos com subsídios incompatíveis com as normas internacionais. Brasileiros também gostariam de saber mais sobre essas operações, pouco transparentes e muito mal justificadas por dirigentes do banco, pelo ministro da Fazenda e por outros defensores – incluído o ex-chefe da Casa Civil José Dirceu, cuja veemência na defesa do banco é mais um motivo para que se exija da instituição a maior transparência possível.

A OMC examina periodicamente as políticas dos países sócios. É um exercício rotineiro, mas de grande importância para os participantes do comércio internacional. O relatório divulgado pela organização oferece uma ampla informação sobre as condições econômicas de cada país e sobre suas práticas comerciais. Durante as consultas, diplomatas de vários países – e o número é tanto maior quanto maior o peso do sabatinado – participam da formulação de perguntas e expressam suas dúvidas sobre os temas discutidos. Embora a consulta seja parte da rotina da OMC, o governo do país submetido a exame tem de estar preparado para defender suas políticas e mostrar a conformidade de suas ações com o sistema internacional de regras.

Em Genebra, sede da OMC, diplomatas manifestaram a intenção de pressionar os colegas brasileiros para obter explicações sobre os financiamentos à indústria. Alguns já informaram estar trabalhando num “dossiê BNDES”. O interesse é explicável por vários fatores – o volume dos empréstimos à indústria, os custos às vezes menores que a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e a importância do banco no financiamento à exportação. Além disso, o governo brasileiro atrasou a remessa das informações. Deveria tê-las mandado em 2009. Segundo o diretor do Departamento Econômico do Itamaraty, Carlos Márcio Bicalho Cozedey, o governo dará toda informação relevante, mas deixará de notificar a maior parte dos programas do BNDES.

De acordo com a interpretação de Brasília, esses programas não envolvem

subsídio. Como são empréstimos de longo prazo e no Brasil não existe mercado para esse tipo de financiamento, não se dispõe de um padrão para comparar com os juros do BNDES, explica o diplomata. Só com o debate se saberá se esse tipo de argumentação será convincente para os diplomatas estrangeiros e para os funcionários da OMC envolvidos na consulta.

No último exame das políticas de incentivos, americanos, europeus e argentinos pediram explicações sobre a chamada MP do Bem, editada para aliviar a carga fiscal de indústrias exportadoras. O episódio da MP do Bem ilustra uma das mais importantes distorções da política brasileira. Aquela MP não concedeu à indústria brasileira nenhuma vantagem especial em relação às empresas concorrentes. Somente serviu para reduzir um pouco da absurda tributação sobre as exportações do País. O governo já lançou outras medidas com objetivos semelhantes. O problema em relação às normas internacionais não existiria, e ninguém cobraria explicações, se o sistema tributário brasileiro fosse menos irracional e mais adequado às necessidades de uma economia aberta. Enquanto o sistema não for reformado, o governo brasileiro continuará forçado a justificar-se perante parceiros e competidores, embora as exportações do País sejam muito menos subsidiadas que as de várias potências altamente desenvolvidas.

O governo tem errado, portanto, duplamente. Em primeiro lugar, por haver negligenciado uma efetiva política de competitividade. Uma bem desenhada reforma dos impostos seria um item essencial dessa política. Mas o governo preferiu o caminho mais confortável e produziu remendos muito suspeitos para o olhar estrangeiro. Em segundo lugar, errou ao conceder financiamentos em condições favoráveis a grupos selecionados arbitrariamente, usando para isso até recursos do Tesouro. Brasília não deve explicações apenas na OMC. Deve-as, antes de mais nada, aos cidadãos deste país.

Coordenador  
Sergio Leite

**Pesquisadores**

Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

**Assistentes de Pesquisa**

Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

**Secretária**  
Diva de Faria

**op  
pa** **Observatório de Políticas  
Públicas para a Agricultura**

**cpda** Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais  
em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade  
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar  
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214  
Fax: 21 2224 8577 – r. 217  
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br  
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

**Apoio**



actionaid



Ministério do  
Desenvolvimento Agrário

